



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
Av Nazare Filgueiras nº 2096, - Bairro Doutor Silvio Botelho  
Boa Vista-RR, CEP 69314-550  
- <http://hu-ufrr.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23876.006352/2025-31

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de serviço continuado e ininterruptos de remoção terrestre de paciente não crítico e crítico (adulto, infantil) para atender o Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR).

1.2. Os serviços deverão ser realizados utilizando ambulâncias dos seguintes tipos: **Tipo B:** Ambulância de Atendimento Básico; **Tipo D:** Ambulância de Suporte Avançado, com fornecimento de todos os recursos humanos, todos os insumos e equipamentos necessários a fim de atender o Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima - HU-UFRR. A prestação deste serviço deve garantir a continuidade da assistência aos pacientes nas 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, de acordo com a demanda estimada na tabela abaixo.

1.3. Tabela 1

	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Total mensal	Anual
GRUPO 1	1	14052	Serviço de Remoção Terrestre de Paciente não crítico (TIPO B), com presença de um motorista e um profissional da equipe de enfermagem, sem presença do profissional médico. Localidade: Perímetro urbano do Município Boa Vista - IDA OU VOLTA.	REMOÇÃO	800	9.600
	2	14052	Serviço de Remoção Terrestre de Paciente crítico (TIPO D ou tipo UTI Móvel), com presença de motorista, médico, enfermeiro: Localidade: Perímetro urbano do Município Boa Vista- IDA OU VOLTA.	REMOÇÃO	50	600

1.4. A contratação do serviço será executada de forma escalonada, em duas (02) fases, em conformidade com as necessidades operacionais e a dinâmica assistencial do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR) serviço de Remoção.

1.5. É responsabilidade da Contratada observar que, para fins de análise do julgamento e eventual contratação, a proposta comercial apresentada pela mesma deverá, obrigatoriamente, considerar o quantitativo total estabelecido no instrumento convocatório, conforme os parâmetros definidos no respectivo edital.

1.6. Para o serviço de remoção de Tipo B (suporte básico) será feito em duas fases :

1.6.1. Na primeira fase, está prevista a execução de até 300 (trezentas) remoções mensais suporte básico Tipo B

1.6.2. Na segunda fase, haverá a ampliação de mais 500 (quinhentas) remoções mensais adicionais, totalizando até 800 (oitocentas) mensal suporte básico Tipo B.

1.7. No que se refere à ambulância do Tipo D (suporte avançado) , mantendo-se os quantitativos definidos que correspondentes:

1.7.1. O quantitativo de 50 (cinquenta) remoções mensais e 600 (seiscentas) remoções anuais.

1.7.2. A execução do serviço ocorrerá em 02 (duas) fases distintas para o serviço de remoção , conforme planejamento do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR). O início da segunda fase estará condicionado à necessidade da Contratante e será formalmente comunicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, mediante comunicação oficial, não gerando direito automático à antecipação, reajuste ou compensação financeira fora dos limites contratuais.

1.8. Esse serviço por sua natureza é considerado serviço continuado, sem mão de obra exclusiva, e é imperioso à administração para o desempenho de suas atribuições, e sua interrupção compromete a manutenção da assistência à saúde dos pacientes e das diversas atividades envolvidas.

1.9. O regime de execução deste serviço será a contratação por preço unitário, conforme prevê o art. 8º, inciso I, do RLCE 2.0.

1.10. Os serviços terão início em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

## **2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima - HU-UFRR é um hospital 100% SUS e recebe pacientes de todo Estado e por esse motivo tem um papel preponderante para a comunidade por desenvolver um grande número de atividades assistenciais e também por ser um hospital de atendimento terciário e possuir uma estrutura para acolher casos de média complexidade e consultas especializadas, bem como exames avançados de diagnóstico e procedimentos assistenciais.

2.2. Os serviços de transporte de pacientes, que por sua natureza, são considerados serviços continuados, caracterizam-se como atividade meio operacional diante daquelas desenvolvidas em um hospital que são eminentemente assistenciais. Trata-se de serviço essencial e sua interrupção pode comprometer a saúde de pacientes.

2.3. O Transporte de remoção externa é a transferência temporária ou definitiva de pacientes entre unidades não hospitalares ou hospitalares de referência diagnóstica ou terapêutica que não são realizadas nas dependências do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima - (HU-UFRR), com uso de ambulâncias, tripulação, materiais, medicamentos e equipamentos conforme legislações vigentes.

2.4. Entende-se ser imprescindível a contratação de empresa que execute atividades de forma a atender as demandas de apoio diagnóstico e/ou terapêutico, realização de exames externos, realização de procedimentos contratualizados com a rede de atenção à saúde, assim como realizar transferências externas de paciente seja para procedimentos, internação ou eventuais exames que não são realizados no próprio hospital. A prestação deste serviço deve garantir a continuidade da assistência aos pacientes nas 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, de acordo com a demanda do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima - HU-UFRR.

2.5. Assim, para a continuidade da manutenção à vida e do atendimento integral aos pacientes assistidos por esta instituição que necessitarão de transporte para a execução dos exames, não previstas em suas dependências, em que houver a necessidade de remoção de pacientes para outras Unidade de Saúde de referência, assim como para os pacientes internados que necessitam de exames complementares mais complexos para diagnóstico em serviços especializados da região a contratação em comento torna-se indispensável e, em se tratando da importância deste hospital e da sua atividade para a promoção da saúde pública, o feito se torna ainda mais essencial.

2.6. A contratação pretendida está amparada por analogia na Portaria GM/MS 2048, de 05/11/2002, sendo imprescindível à Administração para o desempenho de suas competências legais, diante da inexistência de veículo próprio com tais características. Registra-se que o pleito está em conformidade com as orientações constantes na IN nº 05/2017/MPDG, de 25 de maio de 2017.

2.7. A contratação eliminará o custo de manutenção de ambulâncias próprias e aquisição de insumos necessários ao atendimento durante o transporte e manutenção de equipamentos necessários à ambulância e reduzirá o custo da contratação de profissional motorista habilitado em transporte de emergência, uma vez que, de acordo com a Portaria nº 2.048 de 05/11/2002, a ambulância tipo B e D, Além de ser dotada dos equipamentos e materiais necessários aos atendimentos, também contempla o motorista e o profissional técnico em enfermagem.

2.8. Portanto, faz necessária e justificada a contratação de serviços contínuos para a remoção de pacientes, com ambulâncias devidamente equipadas e equipe composta de médico, enfermeiro e/ou técnico de enfermagem, conforme a complexidade da solicitação da demanda; e motorista socorrista, devidamente qualificados, habilitados e capacitados, com todos os equipamentos médicos e insumos necessários para atendimento das demandas do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima - HU-UFRR.

2.9. Objetiva-se com a presente contratação prestar assistência eficiente e qualificada à população, em consonância com a Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde - SUS, fundamentando-se na necessidade de garantir aos pacientes do SUS condições seguras na realização de transferências, exames e procedimentos.

## **3. LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS**

- 3.1. Os serviços descritos no objeto deverão seguir as seguintes Normas, leis, regulamentos citados abaixo:
- 3.2. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988** - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 3.3. **Art. 37** trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;
- 3.4. **Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999**: Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.
- 3.5. **Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976**: Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências;
- 3.6. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011** - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
- 3.7. **Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011** - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH;
- 3.8. **Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013**: Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.
- 3.9. **Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016**: Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos.
- 3.10. **Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010** - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos
- 3.11. **Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016** - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
- 3.12. **Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018** - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- 3.13. **Decreto nº 10.183/2019 - altera o Decreto nº 9.507/2018** - exige a prestação da garantia (cinco por cento do valor do contrato);
- 3.14. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos (apenas para os fins do art. 6º, § 2º, do RLCE 2.0);
- 3.15. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 3.16. **Decreto 8.538, de 6 de outubro de 2015** que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens e serviços e obras no âmbito da administração pública.
- 3.17. **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010** - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 3.18. **Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018** - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- 3.19. **Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH 2.0** - Resolução nº 155, de 28 de abril de 2022 do Conselho de Administração - aprovado em 28 de abril de 2022;
- 3.20. **Instrução Normativa - SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017** - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 3.21. **Instrução Normativa/ME nº 7, de 20/09/2018** - Altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2018, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 3.22. **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União**, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025.

3.23. **Caderno EBSEH de Hotelaria Hospitalar** - 2ª edição - Produzido pelo Serviço de Apoio à Hotelaria Hospitalar - Brasília: - 2016 .

3.24. **Norma Operacional-SEI nº 7/2023/DAI-EBSEH** - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.

3.25. **Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002** - Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência ;

3.26. **Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978** - Aprova as Normas Regulamentadoras (NR) do capítulo V, título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

3.27. **RDC da Anvisa nº 222, de 2018** - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências;

3.28. **RDC da CONAMA nº 358, de 2005** - Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências;

3.29. **RDC da CONAMA nº 418, de 2009** - Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências

3.30. **RESOLUÇÃO CFM nº 1.672/2003-** Publicada no D.O.U. de 29 de julho de 2003, seção I, p.78: Dispõe sobre o transporte inter-hospitalar de pacientes e dá outras providências.

3.31. **Normas Regulamentadoras:**

3.32. **Norma Regulamentadora nº 01** - Disposições Gerais relativas à segurança e medicina do trabalho;

3.33. **Norma Regulamentadora nº 04** - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT;

3.34. **Norma Regulamentadora nº 05** - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;

3.35. **Norma Regulamentadora nº 06** - Equipamentos de Proteção Individual;

3.36. **Norma Regulamentadora nº 07** - Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

3.37. **Norma Regulamentadora nº 09** - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais;

3.38. **Norma Regulamentadora nº 12** - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;

3.39. **Norma Regulamentadora nº 15** - Atividades e Operações Insalubres;

3.40. **Norma Regulamentadora nº 17** - Ergonomia;

3.41. **Norma Regulamentadora nº 32** - Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde.

#### 4. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

4.1. No âmbito da Ebserh, seu Regulamento de Licitações e Contratos prevê que:

4.2. "Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

4.3. I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

4.4. II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

4.5. III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

4.6. IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

4.7. V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

4.8. VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

4.9. VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

4.10. Requisitos específicos de sustentabilidade social ou econômica da contratação, conforme estabelecido no art. 35, inciso XVI, do RLCE 2.0:

4.11. Onde a sustentabilidade social guarda conexão direta com a concretização de direitos sociais, tais como a garantia de direitos trabalhistas, a redução de desigualdades e fomento ao desenvolvimento regional e nacional.

4.12. E, a dimensão econômica, por sua vez, deve ser avaliada sob o aspecto do ciclo de vida do bem, em sentido

amplo, de modo que nem sempre se buscará o de menor valor, mas o de melhor qualidade/durabilidade ou menor toxicidade;

4.13. A contratação adotará práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina os critérios elancados na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, tendo como referência o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União**, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025

4.14. Tais práticas podem ser observadas nos itens abaixo:

#### 4.15. **ÓLEO LUBRIFICANTE**

4.16. Para as aquisições ou serviços que envolvam a utilização de óleo lubrificante.

4.17. A pessoa física ou jurídica que, em decorrência de sua atividade, gera óleo lubrificante usado ou contaminado deve recolhê-lo e encaminhá-lo a seu produtor ou importador, de forma a assegurar a destinação final ambientalmente adequada do produto, mediante processo de reciclagem ou outro que não afete negativamente o meio ambiente.

#### 4.18. **PNEUS**

4.19. A contratada deverá quando na troca de pneus verificar se: Os fabricantes e importadores de pneus novos devem coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, nos termos da Resolução CONAMA nº 416/2009 e Instrução Normativa n 09/2021, A Portaria 379/2021 - INMETRO traz orientações sobre a Etiqueta nacional de Conservação de Energia para pneus novos (ENCE) e suas categorias. A exigência da melhor categoria em uma licitação é indicada com base nos princípios da eficiência, e desenvolvimento nacional sustentável e consideração do ciclo de vida e.

#### 4.20. **RESÍDUOS - Serviços de saúde**

4.21. A contratada deverá dar destinação correta aos resíduos de serviço de saúde que forem gerados no decorrer do atendimento conforme:

4.21.1. O gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde deve ser executado de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS elaborado pelo gerador, em consonância com as normas vigentes, especialmente as de vigilância sanitária. A RDC nº 222/2018 da ANVISA define quais são os serviços geradores de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS: Art. 2º Esta Resolução se aplica aos geradores de resíduos de serviços de saúde RSS cujas atividades envolvam qualquer etapa do gerenciamento dos RSS, sejam eles públicos e privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa.

*§ 1º Para efeito desta resolução, definem-se como geradores de RSS todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de piercing e tatuagem, salões de beleza e estética, dentre outros afins.*

*§ 2º Esta Resolução não se aplica a fontes radioativas seladas, que devem seguir as determinações da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, e às indústrias de produtos sob vigilância sanitária, que devem observar as condições específicas do seu licenciamento ambiental.*

*O art. 94 da RDC nº 222/2018 da ANVISA assim estabelece: “o descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil.*

#### 4.21.2. **VEÍCULOS**

4.21.3. A contratada deverá na ocasião de aquisição ou locação de veículos observar:

4.21.4. Preferência por veículos que utilizem combustíveis menos poluentes (ex.: etanol, biodiesel, energia elétrica ou híbridos).

4.21.4.1. Atendimento a normas de emissão de gases e ruídos.

4.21.4.2. Manutenção preventiva para reduzir impactos ambientais.

4.21.4.3. Adoção de tecnologias que aumentem a eficiência energética.

4.21.4.4. Gestão adequada de resíduos e descarte de peças e insumos.

4.21.5. Os veículos leves adquiridos para compor frota oficial ou locados de terceiros para uso oficial deverão utilizar combustíveis renováveis.

4.21.6. Excluem-se de tal obrigatoriedade os veículos componentes da frota das Forças Armadas, os de representação dos titulares dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, conforme dispuser regulamento, aqueles destinados à prestação de serviços públicos em faixas de fronteira e localidades desprovidas de abastecimento com combustíveis renováveis.

4.21.7. Observar os limites máximos de ruídos para veículos automotores nacionais e importados, em aceleração e

na condição parados fixados nas CONAMA nº1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.”

4.21.8. “Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar o combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº9.660, de 1998.”

4.21.9. “Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.”

4.21.10. “Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.”

4.21.11. Podemos elencar também que a execução dos serviços deve se pautar pela premissa de que a Ebserh busca o desenvolvimento de capacidades sustentáveis, sendo fundamentais as etapas de transferência de conhecimento para garantir a sustentação das estratégias delineadas pela equipe dessa empresa pública. Na condução dos trabalhos o tema da responsabilidade social e ambiental deve ser presente, tanto em função das disposições da Lei das Estatais quanto pela oportunidade de incorporação de diretrizes de sustentabilidade.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. **A descrição da solução como um todo, conforme detalhado no Estudo Preliminar, abrange a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação dos serviços continuados para transporte de pacientes por remoção com ambulância do tipo básica ou avançada. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, para atender as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima - HU-UFRR.**

5.2. Os Serviços Especializados para a Saúde de que trata este Termo de Referência estão especificados em um total de 02 (dois) itens, para **Contratação de serviços continuados para gerenciamento e transporte de pacientes por ambulâncias dos tipos básica e avançada**, a licitação deverá ser realizada em um **único grupo**.

5.3. A opção de realizar o agrupamento dos tipos de serviços de remoção terrestre de paciente, (TIPO B e D), se dá ao fato que a existência de mais de uma empresa contratada prestando serviços com características técnicas similares geraria uma logística de fiscalização incompatível com a execução dos serviços, dificultando o trabalho de gestão e a fiscalização contratual. Ademais, o agrupamento do objeto do contrato pode gerar economicidade na contratação pública.

### 5.4. Detalhamento das viaturas:

#### 5.5. Ambulância de Transporte (Suporte Básico de Vida do Tipo B)

5.5.1. Sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel; maca articulada e com rodas; suporte para soro; instalação de rede oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída; oxigênio com régua tripla (a- alimentação do respirador; b- fluxômetro e umidificador de oxigênio e c- aspirador tipo Venturi); manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação; cilindro de oxigênio portátil com válvula; maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil, cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro adulto/infantil, ataduras de 15 cm, compressas cirúrgicas estéreis, pacotes de gaze estéril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos; maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gases estéreis, braceletes de identificação; prancha curta e longa para imobilização de coluna; frascos de soro fisiológico e ringer lactado; bandagens triangulares; cobertores; coletes refletivos para a tripulação; lanterna de mão; óculos, máscaras e aventais de proteção e malas com medicações a serem definidas em protocolos, pelos serviços.

#### 5.6. Ambulância de Transporte (Suporte Avançado do Tipo D ou UTI Móvel)

5.6.1. Sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel; maca com rodas e articulada; dois suportes de soro; cadeira de rodas dobrável; instalação de rede portátil de oxigênio como descrito no item anterior (é obrigatório que a quantidade de oxigênio permita ventilação mecânica por no mínimo duas horas); respirador mecânico de transporte; oxímetro não-invasivo portátil; monitor cardioversor com bateria e instalação elétrica disponível (em caso de frota deverá haver disponibilidade de um monitor cardioversor com marca-passo externo não-invasivo); bomba de infusão com bateria e equipo; maleta de vias aéreas contendo: máscaras laríngeas e cânulas endotraqueais de vários tamanhos; cateteres de aspiração; adaptadores para cânulas; cateteres nasais; seringa de 20ml; ressuscitador manual adulto/infantil com reservatório; sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos; luvas de procedimentos; máscara para ressuscitador adulto/infantil; lidocaína geléia e “spray”; cadarços para fixação de cânula; laringoscópio infantil/adulto com conjunto de lâminas; estetoscópio; esfigmomanômetro adulto/infantil; cânulas orofaríngeas adulto/infantil; fios-guia para intubação; pinça de Magyll; bisturi descartável; cânulas para traqueostomia; material para Cricotiroidostomia; conjunto de

drenagem torácica; maleta de acesso venoso contendo: tala para fixação de braço; luvas estéreis; recipiente de algodão com anti-séptico; pacotes de gaze estéril; esparadrapo; material para punção de vários tamanhos incluindo agulhas metálicas, plásticas e agulhas especiais para punção óssea; garrote; equipos de macro e microgotas; cateteres específicos para dissecação de veias, tamanho adulto/infantil; tesoura, pinça de Kocher; cortadores de soro; lâminas de bisturi; seringas de vários tamanhos; torneiras de 3 vias; equipo de infusão de 3 vias; frascos de soro fisiológico, ringer lactato e soro glicosado; caixa completa de pequena cirurgia; maleta de parto como descrito nos itens anteriores; sondas vesicais; coletores de urina; protetores para eviscerados ou queimados; espátulas de madeira; sondas nasogástricas; eletrodos descartáveis; equipos para drogas fotossensíveis; equipo para bombas de infusão; circuito de respirador estéril de reserva; equipamentos de proteção à equipe de atendimento: óculos, máscaras e aventais; cobertor ou filme metálico para conservação do calor do corpo; campo cirúrgico fenestrado; almotolias com anti-séptico; conjunto de colares cervicais; prancha longa para imobilização da coluna. Para o atendimento a neonatos deverá haver pelo menos uma Incubadora de transporte de recém-nascido com bateria e ligação à tomada do veículo (12 volts). A incubadora deve estar apoiada sobre carros com rodas devidamente fixadas quando dentro da ambulância e conter respirador e equipamentos adequados para recém-natos.

#### 5.7. **Condições da viatura:**

5.7.1. Apresentar perfeito estado de conservação mecânica, carroceria e das acomodações de pacientes, acompanhantes, profissionais e de todos os equipamentos de segurança de tráfego previstos na Legislação; equipar-se conforme a regulamentação dos diversos meios de transporte de pacientes, determinada pela Portaria 2.048 de 05 de novembro de 2002 - ANVISA/MS.

5.7.2. **Segurança:** Cada veículo deverá ser mantido em bom estado de conservação e de condições de operação, com especial atenção para o estado dos pneus, manutenção mecânica e carroceria.

5.7.3. **Documentação das viaturas:** As viaturas deverão possuir documentação totalmente regularizada, devendo estar licenciadas em nome da contratada, em conformidade com a Lei nº 8.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). As cópias dos certificados de registro de veículos utilizados na prestação de serviços deverão ser entregues ao fiscal do contrato em até 10 (dez) dias contados da data de assinatura do contrato. Os veículos deverão estar com a documentação em ordem, devidamente licenciados e em perfeitas condições de funcionamento. Deverão possuir o Certificado de Vistoria emitido pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde ou, quando for o caso, pela Vigilância Sanitária Municipal, após a devida inspeção; O Certificado de Vistoria deverá estar afixado em cada ambulância, em lugar visível; Os veículos deverão atender todas as normas da Vigilância Sanitária, em vigor e suas atualizações e outras pertinentes;

5.7.4. **Desinfecção:** de acordo com a Portaria MS nº 2616, de 12 de maio de 1998, é obrigatório a desinfecção do veículo diariamente, antes de sua utilização, e sempre que necessário, isto é, após transporte de paciente que, comprovadamente, seja portador de doença infecto contagioso ou vítima de traumas com ferimentos abertos. OBS.: Os profissionais devem estar devidamente capacitados para execução dos serviços acima descritos e paramentados com Equipamentos de Proteção Individual adequado - EPI.

5.7.5. **Sistema de ar condicionado:** sistema forçado para manter a temperatura confortável no compartilhamento do paciente. No transporte de pacientes com tuberculose pulmonar, varicela-zoster e sarampo, as janelas deverão ser mantidas abertas, o paciente utilizando máscara cirúrgica e os profissionais de transporte paramentados com máscara NR 95.

5.7.6. **Interior da viatura:** Sistema seguro de fixação da maca ao assoalho de veículo: deverá contar com os cintos de segurança em condições de uso; cinto de segurança obrigatório para todos os passageiros.

5.7.7. **Compartimento do paciente:** deverá ter uma altura mínima de 1,70 m, medindo da plataforma de suporte da maca ao teto do veículo, largura mínima de 1,60 m, medida a 30 cm acima do assoalho, comprimento mínimo de 2,10 m no comprimento destinado à colocação da maca, medido em linha reta de trás do encosto do banco dianteiro até a porta traseira do veículo.

#### 5.8. **Equipe a ser disponibilizada pela Contratada:**

5.8.1. **Ambulância do Tipo B: 02 (dois) profissionais, sendo um Motorista e um Técnico de Enfermagem.**

5.8.2. **Tipo D: 03 (três) profissionais, sendo um motorista, um enfermeiro e um médico.**

5.9. Conforme Portaria 2.048 de 5 de novembro de 2002). Motorista com habilitação compatível para condução de veículo e Técnico de Enfermagem e Enfermeiro com registro no COREN atualizado e vigente. O Médico com registro no CRM atualizado e vigente. A tripulação deverá ter curso de Suporte Básico e/ou Avançado de vida. Caberá a tripulação recolher e transportar o paciente do serviço solicitante até a ambulância e desta ao seu destino, cabendo ainda ao técnico de enfermagem ou enfermeiro recolher exames e demais documentos que deverão acompanhar o paciente nos casos de transferência, registrando o transporte em formulário próprio a devida assinatura daquele que recebeu.

5.10. A Contratação de empresa para prestação serviço continuado de remoção terrestre de pacientes (adulto, infantil e neonatal), em estado de saúde crítico e não crítico internados no HU-UFRR, de forma a atender as demandas de apoio diagnóstico e/ou terapêutico, realização de exames externos, realização de procedimentos contratualizados com a rede de atenção à saúde, assim como realizar transferências externas de paciente seja para procedimentos, internação ou eventuais exames que não são realizados no próprio hospital. A prestação deste serviço deve garantir a continuidade da assistência aos pacientes nas 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, de acordo com a demanda do HU RR, pelo período de 1(hum) ano

5.11. **Gerenciamento do transporte de pacientes**

5.12. O número de ambulâncias, equipamentos, insumos e equipes deverá ser o suficiente para cumprimento do objeto nos prazos de horários estabelecidos neste termo de referência, a partir das solicitações do HU- RR/EBSERH.

5.13. Assim que verificada a necessidade de transferência do paciente para outra Unidade Hospitalar ou Clínica especializada, o Hospital deve entrar em contato telefônico com o hospital receptor, iniciando os trâmites legais junto a área técnica especializada, após o aceite da vaga, deve seguir as seguintes etapas:

5.14. Passar o caso clínico para a equipe médica de outro serviço;

5.15. Preparar os documentos necessários para transferência;

5.16. Preencher a aplicar o Termo de consentimento esclarecido - aceitação de transferência ao paciente ou seu responsável legal, em caso de impossibilidade do paciente, que esse seja aplicado ao familiar responsável;

5.17. Preencher o formulário - Guia de solicitação de atendimento - Remoção, onde os tipos de veículos para transporte são:

5.18. Serviço de Remoção Terrestre de Paciente não crítico (Tipo B), com presença de um motorista e um profissional da equipe de enfermagem, sem presença do profissional médico.

5.19. Serviço de remoção Terrestre de Paciente crítico (Tipo D), com presença do motorista, médico e enfermeiro.

5.20. Orientar a equipe multiprofissional sobre o transporte do paciente e todo transporte deve ser registrada no prontuário do paciente.

5.21. Toda transferência será solicitada exclusivamente pelos Médicos sob vínculo de trabalho com o HU-UFRR/EBSERH, sendo vedada à empresa de remoção qualquer negociação com terceiros, alunos e outros prestadores de serviços. Os médicos deverão obrigatoriamente ser preenchido, carimbado e assinado o formulário - Guia de solicitação de atendimento - Remoção.

5.22. O atraso à resposta, à chegada até o paciente do HU-UFRR/EBSERH, ou a não disponibilização do serviço conforme chamados programados (de urgência ou eletivos) e nas especificações determinadas por este instrumento, serão caracterizados como interrupção do serviço contratado motivado por parte da Contratante.

**6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Os serviços serão prestados no **Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima - localizado na Av. Narazé Filgueiras, 2096, Bairro: Dr. Sílvia Botelho, Boa Vista - RR**. Todos os serviços deverão ser executados de forma ininterrupta, 24 horas por dia, sete dias da semana, inclusive sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

6.2. A prestação deste serviço deve garantir a continuidade da assistência aos pacientes nas 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, de acordo com a demanda do HU-UFRR.

6.3. A origem e destino dos pacientes internados nas dependências do hospital ou em situações que necessitem de transporte supervisionado por equipe de suporte de vida para o seu retorno, será definida conforme avaliação do médico solicitante, sujeitas a alterações decorrentes de mudança de quadro clínico dos pacientes previamente internados .

6.4. Todos os serviços e produtos deverão atender rigorosamente às especificações solicitadas neste termo de referência. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa por parte do HU-UFRR, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição.

6.5. A reparação ou substituição do serviço deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) dia útil a contar da notificação do HU-UFRR à empresa sobre a recusa dos mesmos. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada inadimplente e sujeita às penalidades cabíveis. A notificação poderá ser feita via e-mail, ofício ou ainda, aplicativo whatsapp em número a ser informado pela empresa a ser contratada a equipe de fiscalização contratual;

6.6. Os serviços deverão ser entregues/realizados dentro no HU-UFRR e estritamente em conformidade com os protocolos médicos e conforme a legislação brasileira;

6.7. **A vencedora deverá comprovar possuir base de funcionamento com contato disponível durante 24 (vinte e quatro) horas, em Boa Vista - RR e deverá atender os chamados no prazo de até 01 hora, após o chamado (prazo para estar no local solicitado).**

6.8. Assumir todo e qualquer ônus referente a salários, horas extras, equipamentos de proteção individual, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;

6.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da contratação;

6.10. Emitir Notas Fiscais de serviços, referentes às respectivas parcelas entregues, para que a CONTRATANTE possa tomar as providências de pagamento nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

6.11. Responder pelo comportamento de seus agentes, representantes ou prepostos no âmbito do HU-UFRR, nas ocasiões em que estiverem entregando o produto, objeto de



6.12. A realização deste serviço deverá ser efetuada de através de acionamento da ambulância, de acordo com necessidades da Contratante, com início imediatamente após a data da assinatura do contrato pela Contratada.

6.13. A visita será acompanhada por servidores/empregados designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00 às 11h00 ou das 14h00 às 16h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (95) 98111-1045;

6.14. O prazo para vistoria iniciará no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

6.15. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.;

6.16. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes;

6.17. A necessidade da vistoria pelas empresas interessadas em participar do certame é recomendada pois a prestação do serviço exigirá a remoção do paciente a partir do leito. Assim, seria fundamental conhecer previamente a estrutura do Hospital (acessos, corredores, etc.) para que a empresa tenha ciência das condições locais;

6.18. **A contratada deverá atender aos chamados de urgência no prazo máximo de 30 (trinta) minutos a contar do acionamento. Os agendamentos prévios devem ser atendidos conforme a necessidade da contratante que avisará a contratada com antecedência mínima de 2 (duas) horas.**

6.19. Os veículos deverão estar com a documentação em ordem, devidamente licenciados e em perfeitas condições de funcionamento. Deverão possuir o Certificado de Vistoria da ambulância emitido pelo Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde ou, quando for o caso, pelas Vigilâncias Sanitárias Municipais, após a devida inspeção. O Certificado de Vistoria deverá estar afixado na ambulância, em lugar visível;

6.20. Manter veículos, equipamentos, utensílios e insumos necessários para execução do serviço, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, e em quantidade necessária à boa execução dos serviços.

6.21. As maletas de emergência de insumos deverão atender à Portaria n.º 6 de 29 de janeiro de 1999, que aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS n.º 344 de 12 de maio de 1998, expedidos pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SVS - MS) e outras pertinentes;

6.22. A Contratada é responsável pelo controle da validade, dos estoques mínimos e esterilização do veículo. Os equipamentos, insumos e kits deverão ser imediatamente repostos, após o uso, por conta da contratada;

6.23. O abastecimento de combustível e a manutenção do veículo ocorrerá por conta da contratada, inclusive substituição de peças, pneus e acessórios. O veículo deverá ser mantido em condições higiênicas e sanitárias salubres e ideais para execução do serviço conforme legislação vigente.

6.24. Encaminhar, antes do início do contrato, a relação dos veículos que serão disponibilizados para atender a contratante, juntamente com a documentação comprobatória referente ao licenciamento e à manutenção preventiva e corretiva dos mesmos inclusive dos equipamentos que integram e estes documentos devem ser atualizados sempre que houver modificações por parte da contratada e devem ser reapresentados sempre que solicitados pela contratante;

6.25. A contratada deverá providenciar a substituição imediata dos veículos no caso de apresentarem defeito que prejudique a prestação do serviço como ser habilitado para conduzir quaisquer veículos emergenciais determinadas no item III - DEFINIÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DAS AMBULÂNCIAS na Portaria Ministerial 2.048, de 12 de novembro de 2002, bem como outros que vierem a surgirem posteriormente, em fonte competente;

6.26. Os funcionários da contratada deverão estar devidamente uniformizados com fardamento próprio da empresa e identificados com crachá de identificação funcional, contendo no mínimo fotografia atualizada, nome da empresa, nome e número de documento de identificação do funcionário, bem como estar em posse de todos os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) necessários, inclusive calçados especiais, máscara, luvas ou botas de segurança, quando a atividade assim o exigir, em obediência aos dispositivos constantes na Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06).

6.27. Os critérios exigidos nas Normas Regulamentadoras do Trabalho deverão ser cumpridos na íntegra com o intuito de proporcionar aos funcionários da contratada e aos usuários do HU-UFRR/EBSERH todas as condições de segurança, sem que haja custos adicionais à Contratante;

6.28. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas, leis e determinações em vigor;

6.29. Manter contingente suficiente de profissionais, de forma a atender o cumprimento das obrigações contratadas, atendendo às características exigidas para eventuais substituições.

6.30. Responder pelo comportamento de seus agentes, representantes ou prepostos no âmbito do HU-UFRR, nas ocasiões em que estiverem entregando o produto, objeto deste Termo de Referência

## **7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1. **Critério de julgamento da proposta:**

7.2. A licitação será julgada pelo menor preço global, considerando o valor total da proposta. Para garantir a economicidade e evitar distorções, serão definidos critérios de aceitabilidade dos preços unitários, com base em pesquisa de mercado e referências oficiais.

7.3. Propostas com preços unitários incompatíveis (acima do limite máximo ou abaixo do mínimo estabelecido) serão desclassificadas, ainda que o preço global esteja adequado. Essa medida atende às recomendações do TCU e assegura equilíbrio, transparência e vantajosidade na contratação.

7.4. O critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço por item;

7.5. As regras de desempate entre as propostas são as discriminadas no Edital.

7.6. **Modo de disputa:**

7.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **aberto/fechado**.

7.8. **Intervalo entre lances**

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de **0,75%**.

7.10. **Exigências de habilitação da empresa vencedora**

7.11. Em consonância com a legislação e normas que regulam a contratação e visando ao aumento da qualidade dos resultados do serviço e da produtividade atualmente praticada, racionalização e eficácia da gestão e fiscalização contratual, a empresa vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

7.12. Alvará de Localização e Funcionamento, ou licença equivalente, emitido pelo órgão competente, válido e compatível com a atividade objeto da licitação, cuja exigência decorra de previsão normativa expressa (federal, estadual ou municipal), devendo ser indicada a legislação aplicável, em conformidade com a Lei Federal nº 6.437/1977 e com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU).

7.13. Alvará Sanitário ou licença sanitária, documento expedido pelo órgão sanitário competente Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária;

7.14. Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede.

7.15. Caso a licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção.

7.16. Apresentar Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde- CNES da empresa;

7.17. Apresentar certificado de inscrição e regularidade da instituição e dos Responsáveis Técnicos legalmente habilitados e com registros no Conselho de Enfermagem- COREN , e para os médicos registrados no Conselho Regional de Medicina-CRM, ambos com capacitação em urgência/emergência

7.18. A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:

7.19. -Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

7.20. -Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;

7.21. -Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo - RPA;

7.22. -Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame."

7.23. **Qualificação Técnico-Operacional**

7.24. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

7.25. Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando do objeto da contratação e experiência mínima de 06 (seis) meses de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação.

7.26. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

7.27. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

7.28. Para a comprovação da experiência mínima de 06 (seis) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.29. Para a comprovação de aptidão na prestação de serviços de transporte com ambulância deverá constar no atestado o serviço de remoção de pacientes com ambulância de suporte básico e avançado.

7.30. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

#### 7.31. **Habilitação Jurídica**

7.32. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.33. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.34. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.35. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

7.36. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.37. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.38. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 7.39. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.40. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.41. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.42. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.43. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

7.44. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.45. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### 7.46. **Qualificação Econômico-Financeira**

7.47. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.48. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

7.49. A aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

7.50.  $LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$

7.51.  $SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$

7.52.  $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

7.53. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.54. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

7.55. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Ebserh, e, a critério da autoridade competente. O percentual de exigência de patrimônio líquido será fixado pela Administração em até 10% do valor estimado da contratação, conforme previsto na legislação vigente. A definição observará a proporcionalidade em relação aos riscos da inexecução total ou parcial do contrato, considerando o valor do contrato, a essencialidade do objeto e o prazo de duração.

7.56. escolha do percentual será devidamente motivada em parecer técnico, com base em sondagem de mercado, de modo a evitar restrição indevida à competitividade, especialmente quanto à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em respeito ao princípio constitucional de incentivo a essas unidades empresariais.

7.57. De acordo com o artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018, deve-se fixar percentual proporcional aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar para a Administração;

7.58. Cumprir esclarecer, que a fixação não é taxativa PARA TODOS, mas sim uma situação condicional, em que só irá acontecer "se As empresas apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

#### 7.59. **Conexão entre a contratação e o planejamento**

7.60. Considerando a missão do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima, de desenvolver ensino, pesquisa e extensão promovendo assistência à saúde das pessoas contemplando os princípios do SUS com ética, responsabilidade social e ambiental considerando a visão de ser um referencial público de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão promovendo a saúde das pessoas;

7.61. Considerando os valores de ética, transparência e qualidade nas ações, responsabilidade institucional, compromisso com as pessoas, respeito às diversidades e comprometimento social e ambiental.

7.62. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2025 .

### 8. **CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1. O objeto a ser contratado, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, enquadra-se na categoria de serviço comum, de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por este Termo de referência e edital da licitação, por meio de especificações usuais de mercado.

8.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8.3. A Contratada deverá emitir, para fins de controle, um formulário ao Contratante a cada atendimento, constando no mínimo:

8.4. Data do atendimento;

8.5. Horário de registro da ligação solicitando a ambulância;

8.6. Horário de início do atendimento ao paciente;

8.7. Quadro clínico verificado;

8.8. Procedimentos médicos;

8.9. Hospital/clínica destino do paciente;

8.10. Horário de término do atendimento;

8.11. Identificação dos membros da tripulação (médico, enfermeiro e motorista) responsáveis pelo atendimento ao paciente;

8.12. Identificação e assinatura do responsável pelo relatório.

8.13. Os relatórios de medição/aferição dos serviços realizados deverão ser encaminhados por e-mail ao gestor e fiscal técnico no prazo de 02 (dois) dias úteis após a execução do serviço, para que a Contratante possa verificar em tempo hábil a execução do serviço antes da emissão da Nota Fiscal.

8.14. Os serviços realizados ficam sujeitos a avaliação técnica pelo contratante, sob pena de apuração de irregularidade na execução contratual.

8.15. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

8.16. Transporte seguro para pacientes (adulto, infantil e neonatal) com risco de morte;

- 8.17. Agilidade e qualidade nas remoções realizadas;
- 8.18. O serviço será aferido por remoção realizada, seja com viagens de ida **OU** volta a outra Unidade de Saúde.
- 9. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**
- 9.1. Assegurar a continuidade do processo de cuidado e a integralidade da assistência à saúde, em situações que os pacientes tenham que realizar procedimentos fora do espaço físico do hospital, além de atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção compromete a qualidade dos serviços prestados no alcance de:
- 9.2. Otimização do giro do leito;
- 9.3. Qualificação na assistência com o menor custo associado;
- 9.4. Diagnóstico e Plano Terapêutico instituído no menor prazo;
- 9.5. Atendimento e qualificação do processo logístico de apoio à assistência ao paciente.
- 9.6. Como resultado da execução dessa contratação, espera-se dar o máximo de agilidade e segurança às remoções externas, colaborando com a operação logística do HU-UFRR/Ebserh tanto do ponto de vista operacional quanto assistencial, dotando-a de infraestrutura, ferramentas e procedimentos de gestão eficazes e abrangentes.
- 10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**
- 10.1. A presente contratação tem o objetivo principal de permitir o transporte adequado de pacientes (adulto, infantil) em situação clínica de risco por meio da prestação de serviço de remoção terrestre de pacientes, com ambulância (TIPO B) e com Ambulância de Suporte Avançado (TIPO D) adultos e infantil, e demais serviços e Unidades do HU-UFRR/Ebserh
- 10.2. Portanto, a necessidade da contratação de empresa especializada para prestação Serviço de Remoção Terrestre se deve a necessidade dos usuários, e, concomitante, indisponibilidade do mesmo no HU-UFRR/Ebserh, tendo em vista que não há força de trabalho contratada e nem equipamentos (ambulâncias devidamente equipadas) disponíveis para atender esta finalidade.
- 10.3. Fica definido como responsabilidade da empresa de transporte a manutenção da equipe médica e de enfermagem responsável pelo paciente durante todo tempo da realização de exames, bem como o tempo dispensado na espera pelo mesmo, em ambos os transportes paciente não crítico (TIPO B) e paciente crítico, se necessário) com o fato de déficit de profissionais de saúde no HU-UFRR/Ebserh, que não dispõe de equipe para acompanhar o paciente.
- 10.4. Abaixo, encontra-se o resumo do quadro, o qual permite a visualização da definição, especificação e quantitativos, considerando a implantação do novo hospital, onde aumentará a demanda que serão solicitados de acordo com os serviços pelo HU-UFRR/Ebserh, bem como o aumento já verificado de demanda na contratação existente. Assim cabe informar que o quantitativo é estimado, tendo como referência contratações anteriores, pois não há como definir com exatidão a quantidade de pacientes com a necessidade deste tipo de apoio terapêutico.

	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	1º Fase (Mensal)	2º Fase (Mensal)	Total mensal	ANUAL
<b>GRUPO</b>	1	Serviço de Remoção Terrestre de Paciente não crítico (TIPO B), <b>com presença de um motorista e um profissional da equipe de enfermagem, sem presença do profissional médico.</b> Localidade: Perímetro urbano do Município Boa Vista - IDA <b>OU</b> VOLTA.	REMOÇÃO	300	500	<b>800</b>	<b>9.600</b>
	2	Serviço de Remoção Terrestre de Paciente crítico (TIPO D ou tipo UTI Móvel), <b>com presença de motorista, médico, enfermeiro.</b> Localidade: Perímetro urbano do Município Boa Vista- IDA <b>OU</b> VOLTA.	REMOÇÃO	50		<b>50</b>	<b>600</b>

*\*Informa-se que a prestação do serviço de remoção inter-hospitalar por meio de ambulância do tipo B (suporte básico) será realizada de forma escalonada, em duas (02) fases, conforme planejamento técnico-operacional estabelecido para atendimento da demanda assistencial do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima (HU-UFRR).*

## 11. VALOR ESTIMATIVA

11.1. A estimativa do valor dos serviços especificados neste Termo de Referência será definida por meio de pesquisa de preços, realizada na forma prevista na Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Ebserh.

11.2. O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, nos termos do art. 7º do RLCE 2.0, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas."

## 12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

12.1. Desta forma, embora reconheçamos a importância do parcelamento do objeto para ampliar a participação de licitantes, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 em seu artigo 32, inciso III, e ratificado pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (artigos 3º, inciso III, e 27, inciso V, alínea "a", §§ 1º e 2º) e na Súmula 247, justifica-se que a contratação pretendida se mantenha na modalidade integral, pelos seguintes motivos:

12.2. **Economia de Escala:** O mercado tende a oferecer preços menores quando a contratação é realizada de forma conjunta, pois os custos administrativos e logísticos são reduzidos em comparação com a contratação individualizada de cada item.

12.3. **Necessidade Técnica:** Há uma necessidade técnica de que os itens sejam contratados conjuntamente para garantir que o objetivo da licitação seja alcançado, ou seja, suprir a demanda administrativa. A contratação fragmentada poderia ocasionar a interrupção das atividades no hospital, colocando em risco adicional os pacientes já atendidos.

12.4. **Gestão de Contratos:** A administração de uma grande quantidade de contratos para a operação de um único serviço de apoio hospitalar impõe ônus desproporcionais de fiscalização e acompanhamento. A gestão de vários contratos individualizados requereria mais recursos e esforços, superando os benefícios que a separação dos itens poderia oferecer.

12.5. Por fim, esse tipo de contrato integral está alinhado com a política de reestruturação da máquina administrativa que o Governo Federal tem implementado, visando a racionalidade e buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade. Essa abordagem permite que o foco seja mantido na área - fim, reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

## 13. VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, até o limite de 5 (cinco) anos, com base no art. 147 do RLCE 2.0.

## 14. VISTORIA

14.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor/empregado designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00 às 12h00 e das 13h30min às 16h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente.

14.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

14.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para realização da vistoria.

14.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), conforme o ANEXO II- Declaração Formal de Dispensa da Vistoria deste Termo de referência, isentando o CONTRATANTE de quaisquer reclamações futuras.

14.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 15. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

15.1. A CONTRATADA deverá executar diretamente o objeto deste contrato, sendo vedada a subcontratação, total ou parcial, conforme disposto no art. 121, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Fica vedada a participação de empresas em consórcio no pregão, uma vez que o objeto não apresenta grande vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes.

- 16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:
- 16.1.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 16.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 16.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do CONTRATANTE à continuidade do contrato.
- 17. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**
- 17.1. Os casos de alteração contratual deverão observar o disposto no art. 177 e seguintes do RLCE 2.0. os casos de alteração contratual dependerão de acordo entre as partes;
- 17.2. A contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Art. 177 da RLCE 2.0.
- 18. DA PREVISÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**
- 18.1. Os serviços terão início em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- 19. DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL**
- 19.1. Durante o tempo requerido para executar a transição contratual, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo esforço adicional que necessite dedicar à tarefa de completar a transição, sem ônus para a CONTRATANTE
- 20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 20.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 20.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor/empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano.
- 20.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 20.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 20.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 20.6. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
- 20.7. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 20.8. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.
- 20.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 20.10. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;
- 20.11. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados, de acordo com as especificações constantes neste termo;
- 20.12. Gerir e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão de servidor/empregado especialmente designado;
- 20.13. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na minuta contratual;
- 20.14. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 20.15. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- 20.16. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 20.17. A Ebserh não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato

21.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

21.3. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

21.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

21.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

21.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

21.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 171 do RLCE 2.0.;

**21.8. A Contratada, ao realizar o serviço de remoção terrestre do paciente, deverá ter o acompanhamento da equipe médica ou de enfermagem, a depender do tipo de transporte (paciente crítico ou não), durante todo o tempo da realização de exames externos, bem como no tempo dispensado na espera pelo mesmo, devido ao déficit de profissionais de saúde no HU-UFRR, que não dispõe de equipe para acompanhar o paciente.**

21.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

21.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

21.11. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

21.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

21.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

21.14. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança dos pacientes;

21.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

21.16. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

21.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

21.18. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência.

21.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

21.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as



condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

21.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa

21.23. Efetuar a prestação do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a realização do mesmo;

21.24. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

21.25. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

21.26. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

21.27. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

21.28. Acatar as orientações de serviços indicadas pela equipe de fiscalização do contrato.

21.29. Zelar pela perfeita execução dos serviços, sanando as eventuais falhas, imediatamente após sua verificação;

21.30. Os proponentes deverão possuir seguro dos veículos utilizados, cobrindo danos envolvendo pacientes e acompanhantes. As despesas com o seguro ficarão a cargo da Contratada

21.31. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

21.32. A Contratada deverá, sempre que solicitado pela Contratante, apresentar documentos relativos aos veículos, aos profissionais e aos equipamentos. Deverá apresentar certificado de vistoria dos veículos assim como documento que comprove a manutenção preventiva dos veículos e equipamentos utilizados para assistência médica;

21.33. Os equipamentos, medicamentos e kits deverão acompanhar os veículos e serem imediatamente repostos por conta da Contratada, visando a regular execução dos serviços;

21.34. Manter, veículos, equipamentos, utensílios e material de consumo/medicamentos necessários para execução dos serviços de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade necessária a boa execução dos trabalhos. Os veículos, equipamentos e utensílios danificados deverão ser substituídos;

21.35. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE;

21.36. Responsabilizar-se por todo o tipo de transporte de material, ferramentas, funcionários e equipamentos para o local da prestação de serviço;

21.37. Manter contingente suficiente de profissionais, de forma a atender o cumprimento das obrigações assumidas, devendo possuir pessoal excedente, contendo as características exigidas de substituição;

21.38. Afastar, após notificação, todo empregado que, a critério da Contratante proceder de maneira desrespeitosa para com os servidores/empregados e pacientes do HU-UFRR;

21.39. Manter controle mensal dos serviços em ficha de acompanhamento da execução dos atendimentos.

21.40. Disponibilizar para a execução do serviço, todos os veículos, em conformidade com as especificações constantes, bem como os profissionais capacitados e qualificados, conforme as resoluções do Conselho Federal de Medicina e de Enfermagem, para a perfeita execução do serviço, de acordo com a legislação vigente;

21.41. Transportar os passageiros com o devido cuidado, a fim de não causar danos, sob risco de ter que ressarcir os prejuízos ocasionados;

21.42. Disponibilizar para a execução do serviço, objeto deste documento, motoristas profissionais, com cursos específicos e devidamente habilitados para dirigir o tipo de veículos específicos, portadores de Carteira de Habilitação compatível com o veículo que irão conduzir e que possuam desembaraço e capacidade de lidar com o público em geral.

21.43. A capacitação do quadro de profissionais deverá ser passível de comprovação;

21.44. assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato;

21.45. Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante, documentos relativos aos veículos e aos profissionais relacionados ao serviço contratado, devendo apresentar, inclusive, documento que comprove a manutenção preventiva dos veículos;

21.46. Providenciar a substituição imediata de qualquer veículo enguiçado durante o trajeto, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, de forma que a prestação do serviço tenha um mínimo de atraso e não seja interrompida;

21.47. Submeter à aprovação do HU-UFRR, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a assinatura do contrato, a relação nominal e a qualificação profissional dos empregados que desempenharão as atividades objeto do contrato, sendo certo de que, em nenhuma hipótese, haverá qualquer vínculo empregatício entre os empregados da Contratada com o Contratante;

21.48. Manter em funcionamento e disponibilizar ao HU-UFRR, uma Central de Atendimento para operacionalização do serviço, durante 24 (vinte e quatro) horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados, que tenha sistema de comunicação permanente com os veículos e com os setores do HU-UFRR, de forma a atender à escala de serviço do Contratante e aos serviços solicitados extra escala;

21.49. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento médico e social dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;

21.50. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente termo de referência, sem prévia anuência do HU-UFRR;

21.51. Garantir a continuidade dos serviços em casos de greve;

21.52. Arcar com todas as despesas decorrentes da operação, manutenção preventiva e corretiva dos veículos contratados, tais como: despesas com pessoal, combustíveis, óleos e lubrificantes, manutenção dos veículos, consertos, reparos, substituição de peças e pneus, aquisição de todos os insumos necessários à prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência ou dele decorrentes;

21.53. Arcar com os encargos decorrentes da execução do serviço, objeto deste Termo de Referência, tais como: seguros, estacionamento, multas, pedágios, impostos, salários, gratificações ou remunerações, bem como alimentação dos empregados, encargos sociais, tributos federais, estaduais e municipais e qualquer outro encargo ou ônus e etc., incidente sobre a prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência ou dele decorrentes;

21.54. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 171 do RLCE 2.0.;"

21.55. Enviar à Fiscalização do contrato no HU-UFRR, mensalmente, relatório contendo a descrição dos serviços prestados e despesas efetuadas;

21.56. A Contratada se responsabiliza, integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

## **22. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

22.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida

22.2. A equipe de fiscalização do contrato será designada pela contratante, com indicação do Setor de Hotelaria, e a Divisão de Enfermagem.

22.3. Os fiscais técnicos, administrativos e setoriais (se houver) do Contrato resultante desta licitação será designada posteriormente a formalização do contrato, em portaria exarada pela Superintendência;

22.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos pela equipe de fiscalização da Contratante, especialmente designados na forma dos arts. 10 e 11 do Decreto nº9.507, de 2018;

22.5. A equipe de fiscalização designada pela contratante deverá acompanhar e fiscalizar, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observando a IN 05 26/05/2017.

22.6. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

22.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por funcionários, equipe de fiscalização ou único funcionário, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

22.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das falhas, faltas e irregularidades constatadas.

22.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

22.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos

fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

22.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação do serviço de aviação dos veículos, equipamentos e insumos.

22.12. A contratada deverá apresentar, a qualquer tempo ou sempre que solicitada pela contratante, quaisquer documentos, livros de ocorrência ou demais registros que se refiram à movimentação do veículo utilizado e/ou do livro de ocorrência, ou de registro, informações ou similar sobre o serviço feitos pela contratada, relacionados às solicitações de remoção do tipo Básica e Avançada realizadas pela contratante.

22.13. As referidas informações poderão ser apresentadas em meio digital, no formato PDF, ou em meio físico, conforme solicitado pela contratante.

22.14. No caso de documentação em meio digital, a contratada deverá encaminhar as informações pertinentes a equipe de fiscalização do contrato quando a mesma solicitar.

22.15. A contratada deverá apresentar as informações solicitadas no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da solicitação formal da contratante.

23. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

23.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

23.2. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

23.3. Multa de:

23.3.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

23.3.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor anual adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

23.3.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor anual adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

23.3.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor anual do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

23.3.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor anual do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

23.3.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.3.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

23.4. As sanções previstas nos subitens 23.2 e 23.3.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados	03

4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço	02
5	Não atender ao acionamento para remoção do paciente	03
<b>Para os itens a seguir, se deixar de:</b>		
6	Apresentar sem uniformes, não utilizar EPI's necessários para execução dos serviços	01
7	O tipo de ambulância a ser utilizado é de acordo com o grau de atendimento a ser realizado	02
8	A cobrança do tipo de ambulância deve ser compatível com o quadro clínico do paciente no momento da remoção	01
9	Não comparecimento e ou atrasos para o atendimento	03
10	Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante	01

23.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

23.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

23.6.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

23.6.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.6.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

23.6.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

23.6.8. não mantiver a proposta;

23.6.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;

23.6.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

23.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

23.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

23.9. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

23.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.14. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013."

## 24. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

24.1. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

24.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da

24.2.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação seguinte:

24.2.2. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica(CNPJ);

24.2.3. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

24.2.4. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei;

24.2.5. prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

24.2.6. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

24.2.7. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

24.2.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

24.3. Para fins de comprovação da execução dos serviços, a empresa contratada deverá apresentar, para cada remoção realizada, a respectiva ordem de solicitação de remoção, acompanhada da ficha de solicitação de remoção de paciente ou documento equivalente, aplicável aos veículos dos tipos B e D emitida pelo HU-UFRR e devidamente assinada pelo médico, enfermeiro responsável ou profissional formalmente designado pela contratante.

24.4. As fichas de solicitação de remoção de paciente, aplicáveis aos veículos dos tipos B e D, deverão ser obrigatoriamente apresentadas juntamente com as respectivas ordens de serviço da empresa contratada. A ausência da referida documentação implicará a impossibilidade de contabilização dos serviços executados para fins de medição e pagamento à contratada.

24.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor/empregado competente na nota fiscal apresentada.

24.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

24.6.1. a. não produziu os resultados acordados;

24.6.2. b. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

24.6.3. c. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada

24.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

24.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

24.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

24.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

24.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

24.12. A situação de irregularidade constatada durante a execução do contrato será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão de futuros pedidos até que o problema seja definitivamente regularizado.

24.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 24.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 24.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 24.16. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 24.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 24.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 24.19. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor/empregado público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 24.20. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## **25. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 25.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 25.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 25.3. Para o recebimento provisório dos serviços, a contratada deverá enviar os registros das remoções realizadas e os relatórios que assegurem a qualidade do serviço prestado, como: relatórios manutenção e revisão das ambulâncias e equipamentos, planilha de higienização/desinfecção baseada no Anexo V do Termo de Referência.
- 25.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 25.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 25.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 25.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 25.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 25.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 25.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entregados Manuais e Instruções exigíveis.
- 25.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 25.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 25.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 25.14. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial,

quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

25.15. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

25.16. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

25.17. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

25.18. Enviar a documentação pertinente à Unidade de Fiscalização Administrativa para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

25.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá comunicar à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

25.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

25.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

25.22. Para efeito de pagamento do serviço de remoção de pacientes será considerado a quantidade de viagens que efetivamente ocorreram no mês em questão, a partir da conferência dos impressos "Ficha de Remoção", a ser realizado pelo Fiscal Técnico do Contrato. Os valores apresentados neste instrumento são apenas estimativos, não ficando o HU-UFRR obrigado a requisitar e pagar por estes quantitativos.

25.23. Os pagamentos a serem efetuados à Contratada deverão considerar o atendimento das metas na execução do serviço, com base no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR (Anexo X do Termo de Referência).

## 26. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

26.1. É o ajuste escrito, deste Termo de Referência, que define os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

26.2. O HU-UFRR - Filial EBSEH adotará indicadores para avaliar o desempenho dos serviços contratados. Quando não forem cumpridos pela CONTRATADA os limites mínimos de desempenho previstos, o pagamento mensal será ajustado conforme **anexo** deste Termo.

26.3. Os serviços serão constantemente avaliados pelos representantes do CONTRATANTE, que assinalarão as ocorrências na "Relação de Ocorrências".

26.4. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

26.4.1. a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 177 do RLCE 2.0;

26.4.2. b) não configure descaracterização do objeto contratado.

26.5. Os níveis de serviço apresentados no IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

26.6. Seguir-se-á a tabela constante deste IMR quanto ao percentual a ser debitado do faturamento mensal total dos serviços prestados pela CONTRATADA em função do não cumprimento de IMR, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais previstas em lei.

26.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

26.7.1. não produziu os resultados acordados;

26.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

26.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.";

## 27. REAJUSTE

27.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

27.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados

poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

27.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

27.4. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

27.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

27.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

27.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

27.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

27.9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

## **28. DA GARANTIA CONTRATUAL**

28.1. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança bancária. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 144 do RCLE, de 2022 e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

28.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

28.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 184 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, de 2022.

28.4. A garantia será efetuada, a critério da adjudicatária, em uma das seguintes modalidades:

28.4.1. caução em dinheiro;

28.4.2. seguro-garantia;

28.4.3. fiança bancária.

28.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

28.6. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, podendo ser atualizada monetariamente na hipótese de caução em dinheiro.

28.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

28.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

28.7.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

28.7.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

28.7.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

28.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

28.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica em Instituição Financeira Oficial, com correção monetária.

28.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

28.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

28.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a



Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da data em que for notificada pelo HU-UFRR, sob pena de infração contratual.

28.13. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

28.14. Será considerada extinta a garantia:

28.14.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

28.14.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

28.14.3. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

28.14.4. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## **29. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

29.1. Os recursos para atender as despesas decorrentes desta licitação serão indicados pelo Setor de Gestão Orçamentária e Financeira do HU-UFRR.

29.2. As despesas que ultrapassarem o exercício financeiro em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente.

## **30. RESCISÃO CONTRATUAL**

30.1. As hipóteses de rescisão contratual são aquelas previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, e no termo de contrato, sem prejuízo de outros normativos aplicáveis.

## **31. VEDAÇÕES À CONTRATADA**

31.1. É vedada a utilização pela CONTRATADA, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto n.º 7.203/2010."

31.2. A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do HU-UFRR;

31.3. Permitir a comercialização de qualquer produto pelos seus funcionários nas dependências do CONTRATANTE.

31.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do HU-UFRR, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o HU-UFRR.

31.5. Em hipótese alguma, poderá a CONTRATADA alegar desconhecimento das condições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

## **32. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

32.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- a) adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- c) manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- d) adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- e) cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- f) orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- g) comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que

envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

32.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- a) cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- b) apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- c) não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- d) quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGP

### 33. ANEXOS

ANEXO I - Modelo de Planilha de Formação de Preços (SEI nº 56514144 ).

ANEXO II - Planilha de materiais e equipamentos ambulâncias Suporte Básico (tipo B) (SEI nº 56514145 ).

ANEXO III - Planilha de materiais e equipamentos ambulâncias Suporte Avançado (tipo D) (SEI nº 56514146 ).

ANEXO IV - Ficha de Remoção (SEI nº 56514147 ).

ANEXO V - Procedimentos para higienização/desinfecção das ambulâncias (SEI nº56514149).

ANEXO VI - Check list de verificação de materiais e equipamentos de ambulâncias Básica (SEI nº56514150 ).

ANEXO VII - Check list de verificação de materiais e equipamentos de ambulâncias Avançada (SEI nº 56514151 ).

ANEXO VIII - Check list de rotina de ambulância Básica (SEI nº56514152).

ANEXO IX - Check list de rotina de ambulância Avançada (SEI nº56514148 ).

ANEXO X - Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (SEI nº57860362)

ANEXO XI - Declaração Formal de Dispensa da Vistoria (SEI nº 56514154).

ANEXO XII - Declaração Formal de Vistoria (SEI nº56514155 ).

O presente documento segue assinado eletronicamente pela **Equipe de Planejamento** designada em Portaria - SEI nº 43/2025, publicada no Boletim de Serviço nº67, de 15 de dezembro de 2025. ( 56365381)

*(assinado eletronicamente)*

**Hildebrando Barbosa Junior.**  
Chefe do Setor do Hotelaria Hospitalar  
Coordenador da EPC.

**Emanuel Cristian Tischer.**  
Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar  
Integrante Requisitante da EPC.

**Myla Ferreira Lima**  
Enfermeira  
Integrante Requisitanteda EPC.

De acordo.

(assinado eletronicamente)

**Rogério Luiz Scapini**

Gerente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Hildebrando Barbosa Junior, Chefe de Setor**, em 16/03/2026, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Myla Ferreira Lima, Enfermeiro(a)**, em 16/03/2026, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emanuel Cristian Tischer, Chefe de Divisão**, em 16/03/2026, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Luiz Scapini, Gerente**, em 16/03/2026, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **58997695** e o código CRC **FE7FC87E**.

**Referência:** Processo nº 23876.006352/2025-31 SEI nº 58997695